

ARTICULAÇÕES ENTRE INTELECTUAIS E MOVIMENTOS POPULARES NOS ANOS 1970/80¹

artigo

Marco Antonio Perruso

RESUMO

Durante as décadas de 1970 e 1980 uma parcela significativa do campo intelectual brasileiro, composta por cientistas sociais vinculados política e ideologicamente à esquerda, voltou-se privilegiadamente para a investigação dos movimentos populares. Muitos deles chegaram a prestar assessorias a tais movimentos. A partir de entrevistas com diversos protagonistas dessa história, localizados no eixo Rio-São Paulo, é possível analisar os significados, para o campo intelectual brasileiro, da aproximação com o campo popular. A “ida ao povo” levada a cabo por tais intelectuais está relacionada tanto a uma grande desenvoltura na apreensão empírica dos movimentos populares quanto a uma precisão analítica sobre a legitimidade e a autonomia das experiências políticas dos setores subalternizados da sociedade brasileira.

PALAVRAS CHAVE

Intelectuais. Pensamento social brasileiro. Movimentos sociais.

ABSTRACT

During the 1970s and 1980s a significant portion of Brazilian intellectual field, consisting of social scientists linked politically and ideologically to the left, turned privileged to research the popular movements. Many of them arrived to provide advisory services to such movements. From interviews with many protagonists of this history, located in the Rio-Sao Paulo, it is possible to analyze the meanings, for the Brazilian intellectual field, the approach to the popular field. The “going to the people” carried through by such intellectuals is related both a great talent on the empirical understanding of popular movements as an analytical precision on the legitimacy and autonomy of the political experiences of the subordinate sectors of Brazilian society.

KEYWORDS

Intellectuals. Brazilian social thought. Social movements.

1 Introdução

Nas décadas de 1970 e 1980 boa parte do campo intelectual² e das ciências sociais no Brasil debruçou-se sobre nossos atores sociais de extração popular, tentando compreender os significados e a importância de suas ações coletivas – em especial o movimento sindical e os diversos movimentos sociais (SORJ, 2001; LAHUERTA, 2001; PÉCAUT, 1989). Analisar algumas práticas de intelectuais nacionais participantes desse processo, que resultou em transformações significativas em nosso pensamento social, constitui-se numa estratégia possível para revelar as tensões presentes na sociedade brasileira, nos seus agrupamentos de esquerda e em seus ambientes universitários. Estratégia capaz de indicar, ainda, mudanças na dimensão da cultura política, que tornava-se cada vez mais atenta à emergência de novos atores e novas identidades.

Para entrevistar intelectuais engajados na compreensão analítica e política dos movimentos populares no Brasil a partir dos anos 1970, foi necessário levar em conta suas filiações institucional e teórico-ideológica. Do ponto de vista institucional, USP, UNICAMP e UFRJ constituíram-se em referências inescapáveis. Na perspectiva teórico-ideológica, algumas correntes marxistas (notadamente as que se opunham ao marxismo ortodoxo e de inspiração soviética praticado pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB – no decorrer de nossa história) e cristãs de esquerda foram recorrentes. Os li-

mites físico e financeiro da pesquisa determinaram a circunscrição das entrevistas ao eixo Rio-São Paulo, uma vez que o presente pesquisador atua no Rio de Janeiro.

As informações obtidas por meio das entrevistas implicaram na produção de dados novos sobre a produção intelectual dedicada aos movimentos populares e no redimensionamento de fatos relacionados às mudanças por que passava o pensamento social e o campo intelectual brasileiro do período. A contextualização e o controle das informações fornecidas foram efetuados com pesquisas em acervos e com a bibliografia pertinente – de resto, não tão vasta.

É certo que os depoimentos obtidos não são relatos desinteressados. Trata-se aqui de memórias de intelectuais que são, eles mesmos, figuras de proa no campo intelectual dedicado aos estudos sobre os movimentos populares brasileiros. Portanto, ciosos da história a ser contada a respeito deste mesmo campo. De um modo geral, os intelectuais e os círculos sociais de que fazem parte constroem e re-constroem sua memória conforme disputas nos campos de que participam: o campo intelectual mais amplo, o campo acadêmico *strictu sensu*, o campo político-partidário, o campo popular constituído por seus movimentos, entre outros. No caso dos intelectuais entrevistados, engajados politicamente, é absolutamente pertinente a seguinte observação:

Para os militantes [...] testemunhar, dar uma versão e uma visão do passado, formar para a história um ponto de vista sobre os fatos

1. Trabalho apresentado no IX Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos e Conhecimento, realizado entre os dias 22 e 25 de abril, na UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. Constitui-se em pequena parte do livro de minha autoria (PERRUSO, 2009), oriundo da tese de doutorado de mesmo nome defendida em 2008 junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2. Para um tratamento teórico e analítico do campo intelectual, veja-se Bourdieu (1990; 2003).

e permitir estabelecer a sua veracidade também é controlar a posteridade, ter domínio sobre a imagem que será legada à eternidade... (VOLDMAN, 1996, p. 258)

Ademais, os entrevistados são quase todos versados em história oral. Assim, em suas visões trazidas a público por seus depoimentos haverá sempre uma

[...] representação mais ou menos consciente que o investigado fará da situação de investigação, em função de sua experiência [...] de situações equivalentes [...], e que orientará todo o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si. (BOURDIEU, 1996, p. 189)

Portanto, fui colocado diante do desafio de ter clareza de minha própria situação de pesquisador que pesquisava outros pesquisadores, todos de maior prestígio no campo intelectual que eu adentrava (e no qual permaneço) e sobre o qual pretendia fazer uma retrospectiva histórica e, principalmente, uma interpretação sociológica.

2 Renovação das análises sobre movimentos populares

Busco aqui descrever mais genericamente as movimentações do campo intelectual do eixo Rio-São Paulo voltado para a investigação dos movimentos populares, durante as décadas de 1970 e 1980. A história dessa parcela do campo intelectual brasileiro é reconstruída especialmente a partir dos usos das categorias “novo sindicalismo” e “novos” movimentos sociais urbanos (esta última expressão de utilização mais matizada e menos explícita). Expõe-se elementos comuns a gerações e círculos intelectuais atuantes no período, notadamente de cientistas sociais. Artigo tal processo intelectual às maneiras como estes acadêmicos percebe-

ram e pensaram os movimentos populares enquanto novidade na sociedade brasileira.

O referido período associou uma notável expansão dos cursos de pós-graduação da área de ciências humanas nas universidades brasileiras com a busca de explicações, por parte da esquerda, quanto ao desenlace do golpe militar de 1964. A crítica ao legado pecebista era recorrente, mormente entre intelectuais ligados a vertentes dissidentes do marxismo e ao cristianismo renovado da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais. Muitos deles, por sinal, iniciavam suas carreiras acadêmicas naqueles anos.

Os “novos” intelectuais que a partir da década de 70 renovam os estudos sobre os movimentos populares apostavam numa visão menos dogmática e economicista das lutas dos trabalhadores. Como se depreende do depoimento de Kazumi Munakata, hoje educador da PUC/SP formado em Filosofia e História, que militava em um grupo de esquerda clandestina que se opunha à ditadura militar:

Depois que [...] fui solto [da prisão], fiquei solto no ar [...] o fato de virar independente foi muito bom pra eu poder ler as coisas com uma mente totalmente arejada, sem nenhum cabresto. Isso me foi fazendo sair do campo do marxismo-leninismo e leituras como Castoriadis me ajudavam a ir pra outros lugares. [...] na introdução e no prefácio [de “A Instituição Imaginária da Sociedade”] ele diz: “entre ser marxista e revolucionário eu preferi ser revolucionário”. [...] Thompson pra mim foi uma possibilidade de se estudar o movimento operário sem fazer aquela coisa meio lukacsiana de que “tal situação, necessariamente tal consciência”. A gente começou a perceber que uma identidade cultural, social, de classe, vai sendo constituída através de um conjunto de práticas... (MUNAKATA, 2006)

É possível perceber, por esse trecho, como vários jovens intelectuais que optaram por estudar os movimentos dos “de baixo” da sociedade brasileira valorizavam a autonomia desses movimentos, em detrimento de modelos interpretativos teleológicos ou por demais esquemáticos. Munakata escreveu, a seguir, um pequeno artigo de grande repercussão:³

[...] o Eder Sader, naquele livro “Quando Novos Personagens entraram em Cena”,⁴ começa citando aquilo, dizendo que foi surpreendente, não sei o quê e tal. “Como ele, Kazumi, pode ter percebido tudo isso, não sei o quê.” Só que nessa época, isso foi em 78, começaram as greves, e estou apresentando isso, se não me engano, em setembro. [...] E aí fiz toda aquela introdução remetendo às greves. Foi na Semana da Pátria de 78, as greves estavam ocorrendo, já estavam assim meio no declínio. E o Eder Sader falou assim: “como ele conseguiu perceber a importância daquilo?”. Ele estava no exílio nessa época. Eu estava aqui. Pra mim era evidente que aquilo era, assim, um grande acontecimento. Antes disso teve umas agitações lá com Fernando Henrique, Ulisses Guimarães, tal, pra articular a tal da Frente Nacional de Redemocratização, saindo a candidatura do General Euler Bentes Monteiro e não sei o quê, e [eu] falava assim: “tá”... eu ia nessas coisas, mas falava assim: “outra vez as elites articulando”. De repente estoura a greve, eu falei: “não, a história tá aqui.” Então pra mim era natural perceber aquilo. E como já estava escrevendo sobre isso... [...]. Aquela coisa que qualquer pesquisador faz, né? O que se tem escrito sobre esse tema. Então, fui lá avaliar e percebo que o movimento ope-

rário aparece como uma coisa meramente subsidiária, marginal. Aparecia como mera força econômica. E queria entender, queria... queria perceber a importância do movimento operário [...]. Eu acho que houve uma repercussão um tanto exagerada por causa de uma certa conjuntura que favoreceu. Aquela ANPUH,⁵ aquele Encontro Regional foi realizado às pressas porque era um encontro que ia acontecer em Franca, então dominada por um professor, quem conhece a história da USP conhece muito bem quem é Manoel Nunes Dias, historiador ultra-conservador que sempre serviu na USP como interventor. [...] [e ele] foi parar lá em Franca, que é uma unidade da UNESP, uma faculdade de história. E a ANPUH ia acontecer lá. Ele proibiu. Aí às pressas foi organizada em Araraquara. Então, aquele encontro já nasceu como uma resistência. [...] os organizadores ficaram alvoroçados, queriam que eu desse entrevista [...], queriam anunciar uma nova historiografia surgindo e tal. [...] um grande exagero, porque aquele era o primeiro trabalho acadêmico de um mestrando. Eu nunca tinha escrito nenhum trabalho acadêmico. [...] A conjuntura permitiu esse alvoroço, né? E de repente virou alguma coisa meio paradigmática, eu não tinha nenhuma intenção. Bastava ler Castoriadis e Thompson e saía a mesma coisa, mas... Aí ficou como símbolo de uma época. Acho essa repercussão muito mais simbólica do que realmente [de] uma importância acadêmica. O cara que, meio na “porralouquice”, falou umas coisas que estavam engasgadas na garganta de muita gente. (MUNAKATA, 2006)

3. Trata-se de Munakata (1980).

4. O entrevistado faz referência a Sader (1986).

5. ANPUH é a Associação Nacional de História, equivalente à ANPOCS para as Ciências Sociais.

Esses jovens intelectuais estavam perfilados bem à esquerda do espectro ideológico brasileiro e não viam com bons olhos a estratégia levada a cabo pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – organismo intelectual localizado em São Paulo), com Fernando Henrique Cardoso à frente, que privilegiava uma aproximação do campo intelectual com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e então lançava a referida candidatura à presidência do General Euler Bentes Monteiro. Tal estratégia era apoiada por boa parte da esquerda (PCB – Partido Comunista Brasileiro – e PC do B – Partido Comunista do Brasil), mas não pelos grupos dissidentes de esquerda e setores cristãos e católicos, que criariam posteriormente o Partido dos Trabalhadores (PT) e discordavam do caminho traçado por essa chamada “oposição consentida” liderada pelo MDB. Alguns intelectuais, propugnadores de outra estratégia, que enfatizasse a inserção autônoma dos movimentos de trabalhadores na luta pela redemocratização do país, acabaram por criar o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), importante dissidência cebrapiana, também em São Paulo.

Tais jovens pesquisadores do “novo sindicalismo” e dos “novos” movimentos sociais urbanos criticavam a produção intelectual então predominante, inclusive a marxista ortodoxa, por um viés empirista: detectando a distância que existia entre a apreensão teórica e a riqueza fenomenológica das experiências dos trabalhadores. José Álvaro Moisés, cientista político da USP e um dos fundadores do CEDEC, também pesquisava os – e se aproximava dos – movimentos populares:

O contato com a realidade propiciado, estimulado pelo próprio trabalho, me levou a começar a organizar as minhas dúvidas e as minhas indagações. Então, é evidente que o primeiro problema que aparece, que apareceu pra mim a partir desse estudo da greve dos 300 mil⁶ era: como é que você explica sociologicamente e politicamente que você tenha, num momento de efervescência do movimento da greve, muita participação e depois desaparece e não tem continuidade, mesmo quando um movimento como esse, que foi muito importante, na ocasião, em São Paulo, tenha produzido organizações de base no interior das empresas aonde os trabalhadores trabalham. [...] a minha expectativa, olhando do ângulo do marxismo, era que isso gerasse formas de participação continuada, permanentes [...] uma perspectiva de classe, gerasse consciência. Na medida em que o meu contato com a realidade mostrava que não era isso que acontecia... (MOISÉS, 2006)

Da mesma maneira, volto a Munakata: Os movimentos sociais, o movimento sindical, são uma construção de uma identidade, o que não significa que tenha um significado unívoco ou fechado para sempre. As coisas vão segundo se desenvolvem as práticas. E essas práticas não têm um direcionamento programático como a gente gostaria que fosse. Então, eu acho, existe um conjunto de produções teóricas que não conseguiram perceber isso e ficam lá apostando sempre no ideal e, portanto, o real é sempre acusado de desvio, corrupção, oportunismo, senão infiltração de idéias oportunistas. Na verdade o que eu estou querendo apontar é isso, a teoria muitas vezes se equivocou por causa dis-

6. Refere-se a Moisés (1978). A famosa “greve dos 300 mil” ocorreu na década de 1950, em São Paulo.

so, por não conseguir dar conta do real, querer achar que é assim. (MUNAKATA, 2006)

Essa busca por uma apreensão mais precisa e rica da realidade operária e popular implicava na apropriação de autores marxistas considerados heterodoxos, até então pouco lidos ou valorizados. Vejamos o que relata a socióloga da USP Vera da Silva Telles a respeito:

[...] nessa época tinha um grupo político, era um de dissidência. Como é que era? Nem me lembro mais como é que esse grupo se formou. Juntava gente da universidade, gente de fora, mas anti-leninista, na verdade eu aprendi política lendo Rosa Luxemburgo. E acho que daí pra Hanna Arendt foi um pulo. [...] Então eu já lia Rosa Luxemburgo em 1971. Era um grupo muito pequeno [...]. Eu acho que é uma dissidência [...], uma herança trotskista certamente. [...] Então é uma mistura de Trotski com Rosa Luxemburgo. E deu uma coisa que depois ficou muito próxima dos autonomistas italianos e, não por acaso, depois eu me liguei ao pessoal do Eder Sader. Mas eu sei que, no final das contas, eu estava trabalhando na Paróquia de Vila Remo. A Paróquia de Vila Remo era o quartel general das Comunidades [Eclesiais] de Base. Da ala de esquerda das Comunidades de Base. E daí me vinculei também ao pessoal de Oposição Sindical Metalúrgica [de São Paulo]. [...] Mas montei uma escola madureza, eu e mais um grupo de amigos que eram também, todo esse grupo, meio luxemburguistas. [...] Então montamos uma escola pra trabalhar com operários. Isso durou bem uns três, quatro anos, daí veio o período das grandes greves. Claro, as greves passavam no meio da escola. Sim, porque a escola estava no meio das fábricas. [...] Daí, eu participei ativamente das grandes greves, o projeto já estava vinculado

como apoio, como grupo de apoio à Oposição Sindical Metalúrgica. [...] Era a Pastoral Operária e a Oposição Sindical Metalúrgica. [...] E foi quando eu comecei a conhecer mais o pessoal do CPV, o pessoal da FASE.⁷ [...] E vamos dizer, era uma gente muito... eu acho que todos, por linhagens diferentes se aproximavam, desde uma concepção, no fundo, obreirista, mas que apostava nas comissões de fábrica... (TELLES, 2006)

Nem toda esta geração intelectual estava filiada política e ideologicamente a vertentes mais radicais da esquerda. Dos pontos de vista intelectual e acadêmico, todavia, consubstanciava-se uma mesma atitude de questionamento de modelos analíticos mais rígidos – fossem economicistas, mecanicistas ou estruturalistas – em favor de outros aportes teóricos, mais flexíveis, capazes de dar conta da diversidade empírica e fenomenológica da nova leva de movimentos populares, protagonizados por setores sociais tradicionalmente desconsiderados na literatura sociológica brasileira até então.

José Álvaro Moisés, por exemplo, no seu próprio entender movia-se contra “paradigmas clássicos da sociologia e do marxismo”. Herdeiro direto da linhagem sociológica usiana – representada por Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues e outros (MOISÉS, 2000) – e de suas primeiras pesquisas sobre o mundo do trabalho, afirma Moisés sobre o “novo sindicalismo”: “O fenômeno era importante o suficiente para recolocar, no debate político-intelectual, o tema da classe-sujeito que, com o fortalecimento da crítica à ortodoxia marxista, vinha perdendo

7. Centro Pastoral Vergueiro e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, respectivamente.

capacidade de explicação.” (MOISÉS, 2000, p. 14) E sobre os “novos” movimentos sociais urbanos, outro objeto que ele investigou desde cedo em sua carreira:

“[...] o amadurecimento trazido pelo tempo fez-me distanciar-me de uma visão excessivamente estruturalista que via os movimentos urbanos quase como equivalentes dos movimentos do plano da produção [...].” (MOISÉS, 2000, p. 13)

Neste contexto, vejamos ainda o que afirma o sociólogo da USP Pedro Jacobi a respeito dos novos estudos sobre os emergentes movimentos sociais urbanos em nosso país:

Acho que trouxeram a liberdade de uma reflexão teórica. Eu acho que trouxeram autonomia para pensar certos temas que antes estavam muito amarrados a certas correntes de pensamento, a certas abordagens, certos paradigmas e você introduziu isso[...] é a novidade. Então eles trouxeram uma novidade. Chocaram um pouco os outros porque de repente dizem “isso aqui também tem importância, porque que deixaram em segundo plano?”. Então, capital/trabalho e tal[...] o cara que fala mobilizar pelo trabalho, também fala mobilizar pela qualidade de vida. Quantas pessoas que não eram lideranças de movimento sindical também não estavam envolvidas com o cotidiano da classe[...] eu vi isso, cansei de ver isso nas minhas pesquisas, no meu acompanhar das lutas e coisa assim. Eu acho que essa é claramente uma novidade. (JACOBI, 2006)

3 “Novos” movimentos sociais urbanos e “Novo Sindicalismo”: academia e política em São Paulo e no Rio de Janeiro

O campo dos estudos sobre movimentos sociais urbanos principiava no Brasil no contexto dessa geração de “novos” in-

telectuais. Na direção acima exposta por Moisés e Jacobi, efetuavam-se pesquisas em que eram apontados fatores de distinção analítica e teórica entre os movimentos sociais urbanos e o movimento operário/sindical. Com isso, propiciava-se a autonomização do campo de estudos dos movimentos sociais urbanos, desvinculando-o do campo dos estudos do movimento operário/sindical, centrado na esfera do trabalho e que o precede temporalmente. Uma das figuras importantes nesse processo foi Maria da Glória Gohn, socióloga paulista:

No primeiro momento eu entrei até com projeto sobre sindicatos, sobre sindicato dos gráficos. [...] Mas daí eu descobri que já tinha uma professora fazendo uma tese, que já tinha um outro livro [...] Quando eu fiz o terceiro ano de faculdade eu me identifiquei muito com a disciplina de sociologia urbana. E na época, então, estudei bastante a questão da Escola de Chicago, as diferentes correntes da sociologia urbana e me apaixonei [...] pela temática [...] descobri essa vertente do associativismo, né? Por outro lado, nesse período eu morava na Zona Sul, lá no Brooklin, e eu comecei a observar em vários locais associações de moradores chamando para reuniões [...]. Então quando veio a minha certa crise de identidade com o sindicato e... eu, na realidade, falei “nossa, mas essa associação de moradores, o que é isso?” e me interessei por isso. Não era a área de pesquisa, naquele momento, do Leôncio Martins [Rodrigues, seu orientador], que pesquisava sindicatos, mas ele deu toda abertura, acolheu, não impôs nenhum obstáculo a que eu fizesse a pesquisa, que eu mudasse o objeto de pesquisa para associações de moradores. [...]. Eu sempre me identificava muito com Castells. [...] a minha abordagem sempre [foi] olhar o movimento por dentro. Isso foi destacado por vários comentadores ou analistas. [...] Mas acho

que foi muito importante também a leitura de Foucault, daí para enxergar a questão dos micro-poderes, pra enxergar outras dimensões da análise para além da questão mais estrutural... (GOHN, 2006)

Para além de suas distinções, os estudos sobre os “novos” movimentos sociais urbanos e os estudos sobre o “novo sindicalismo” comungavam de uma mesma postura: a de debruçar-se sobre as movimentações do emergente campo popular de então. Este, por sua vez, mostrava-se capaz de se impor na pauta das ciências sociais brasileiras pela sua própria força, por sua expressividade em relação às questões democrática e social brasileiras – tão infensas à participação dos “de baixo”. A respeito, afirma Maria da Glória Gohn, especificamente sobre os movimentos sociais urbanos:

[...] foi, assim, um objeto que foi se impondo. Ele foi aparecendo. Eu acho assim, que foi uma renovação para a sociologia e que, num primeiro momento, era visto até como algo secundário que foi crescendo, crescendo como, assim, essas coisas que emergem de repente e viram uma bolha que absorve tudo. Porque ele de repente começou a fazer pontes com o movimento sindical, etc. Nas greves de 79 isso ficou muito claro. [...] É, eu acho que, de fato, a realidade mostrou. [...] a temática, a problemática e aqueles sujeitos tinham alguma ressonância com o processo todo que estava aqui ocorrendo. Agora, o que acontece é que nos anos 90, quando se entra numa fase da institucionalidade, para muitos a questão era assim: “não, a era dos movimentos, a era da participação acabou; porque agora trata-se de construir a institucionalidade do país; já temos uma nova Constituição e a ditadura acabou, então não temos mais...”. Quer dizer, então, eles reduziam tudo aquilo a uma luta contra a dita-

dura. Eu acho que não era apenas uma luta contra a ditadura, entende? As ditaduras entram e saem nas histórias políticas no Brasil e em outros países. [...] Estavam demandando algo mais. Demandando algo mais enquanto sujeitos, enquanto direitos. As idéias de direito e de cidadania não se colocavam nesse universo. (GOHN, 2006)

Já a socióloga da UFRJ Ana Clara Torres Ribeiro aponta que as ciências sociais do período logravam fazer uma equivalência teórica, analítica e mesmo política entre o movimento sindical e os movimentos sociais urbanos, operação que correspondia, a meu ver, à autonomização do campo de estudos dos movimentos urbanos diante dos movimentos centrados na esfera do trabalho. No entender da autora, contudo, isto não implicava num isolamento do objeto sociológico “movimentos sociais urbanos” em relação ao mundo do trabalho, nem numa mera aplicação esquemática ou mecanicista de teorias:

Nós temos que ter cuidado aí. [...] você não isola a área de movimentos sociais urbanos da área do trabalho, como de fato nós não isolávamos – pelo menos eu não e nem [Luiz Antonio] Machado [da Silva] tampouco e nem vários outros, nem o [Lucio] Kowarick. Mas não é uma única matriz e, além disso, havia uma influência grande da própria antropologia pra que se fizessem estudos de caso, o que inviabilizava um olhar muito singelo e muito simplista de ficar aplicando marxismo europeu na realidade brasileira sem nenhuma mediação. [...] Nem sempre a constituição do campo dos movimentos sociais gera necessariamente o corte com a problemática da produção e do trabalho. Nem sempre. Só pra aqueles que, na verdade, aderem de uma maneira bastante forte à idéia de que há um novo efetivamente e

completamente novo. Mas nem todo mundo faz isso. [...] Eu pessoalmente não acredito em teorias singulares dos movimentos sociais, por exemplo. Acredito, claro, piamente, em teorias da realidade social, teorias da organização social, teorias da dinâmica social, o que você quiser. Mas não teorias de movimentos propriamente ditos, como teorias singelas, únicas. E creio que nunca acreditei nisso mesmo. Acho que meus textos mostram também isso: que não havia um isolamento dos movimentos de orientações analíticas maiores. (RIBEIRO, 2006)

O campo acadêmico, para esses intelectuais, era uma opção de carreira desejada e mesmo inevitável. Suas relações com os movimentos populares pareciam não ser excludentes com suas carreiras universitárias. Às vezes, poderiam ser complementares e mesmo mutuamente estimulantes, já que eles adentravam o ambiente das ciências sociais acadêmicas com a legitimidade de intérpretes de lutas relevantes dos setores populares. Vejamos o depoimento do antropólogo da UFRJ José Sérgio Leite Lopes a respeito:

[...] tinha sido aberto esse mestrado de antropologia social aqui no Museu, conhecia o Roberto Cardoso [de Oliveira] – que me indicou, assim como o Afrânio Garcia Jr., que era colega meu e que tinha tido um percurso semelhante, também tinha feito Colégio de Aplicação, ele foi pra França também, nós acabamos fazendo esses dois anos lá e voltamos. [...] era, assim, uma opção mais remota pra mim, porque achava que iria pra sociologia, tava interessado nos problemas sociais, nos conflitos sociais. Eu sabia que tinha estudos sobre sociedades camponesas, sobre, enfim, sociedades tradicionais, etc. Então aquilo parecia ser uma coisa interessante. O próprio enfoque da antropologia, de fazer pesquisa prolongada e tal, isso vinha de

encontro com uma coisa difusa que se via, de conhecer – né? – o povo brasileiro, as suas diferentes manifestações, sua diversidade, etc., que era mal conhecido. Então, antropologia social poderia dar instrumentos nessa direção. Além disso, eu conhecia pessoas que já estavam aqui. Por exemplo, Gilberto Velho, que foi colega do Colégio de Aplicação. Já estava aqui no Museu, então dava informações sobre o curso, falava bem, etc. E, também, o Moacir Palmeira, que eu tinha encontrado na França. (LOPES, 2006)

Em outras ocasiões davam-se atritos entre a vida militante e vida acadêmica: o sociólogo da USP Iram Jácome Rodrigues, depois de extensa militância na esquerda clandestina e em grupos de apoio aos movimentos, recebeu uma espécie de ultimato de seu orientador, Leôncio Martins Rodrigues, um dos precursores de nossa sociologia do trabalho.

Justamente em 84 [...], após uma ida ao 1º de maio de 84, na volta ele falou “você tem que definir, decidir o que você vai fazer. Eu acho que você tem que largar tudo e concentrar. Se você quer realmente trabalhar, seguir a carreira acadêmica você não pode ficar...”. [...] E foi uma conversa muito importante, justamente porque falo isso com os [meus] orientandos também. (RODRIGUES, 2006)

As investigações e análises desses intelectuais a respeito do “novo sindicalismo” e dos “novos” movimentos sociais urbanos acompanhavam um ajuste de contas, realizado pelos protagonistas destes movimentos, com o passado populista e o legado pecebista na militância e no pensamento de esquerda no Brasil. Ricardo Antunes, sociólogo da UNICAMP, assim analisa esta questão no que tange à esfera sindical e operária:

Eu via no nascimento do novo sindicalismo [...] o renascimento da luta social que nega-

va na concretude as teses, digamos assim, reformistas do PCB. Porque a tese que o PCB defendia, a qual eu já era oposição desde o início, é a de que primeiro [vem] o capitalismo democrático burguês, depois o socialismo. [...] E a minha filiação ao PCB é muito sob inspiração “caiopradiana”. [...] nós éramos uma dissidência dentro do PCB. Qual era a nossa leitura? De que no PCB não tinha classe operária. [...] E as teses do ABC paulista era a confirmação cabal de que havia um novo no Brasil [...] um novo contingente operário que foi responsável por lutas radicais. [...] a orientação do PCB em 80 era acabar com a greve do ABC porque a greve do ABC era muito radical e colocava em cheque a frente policlassista. Então, [...] o PCB se mostrava completamente vedado pra compreender o papel dessa nova classe operária emergente, das lutas sociais [...] Foi nesse momento que nós decidimos sair do PCB [...] o PCB estava percebendo que o seu fim enquanto “o” partido da classe operária estava acontecendo [...]. Que o ABC era uma classe operária que não recorria, não precisava do PCB para fazer-se enquanto classe. [...] Quer dizer, você tem um novo movimento operário que tem elementos de continuidade e tem elementos de descon-tinuidade. [...] E é evidente que nem tudo no ABC é novo. (ANTUNES, 2006)

Gohn, por sua vez, indagada sobre a incidência de tal ajuste de contas no campo dos movimentos sociais urbanos em São Paulo, afirma:

Sim. Existia no sentido, por exemplo, das próprias Sociedades Amigos de Bairros, que eram vistas como herança da fase populista. Criadas muito ligadas àquela estrutura de poder político... [...] Então, o movimento que surge nos anos 70, ligado às Pastorais, às Comunidades Eclesiais [de Base], aos projetos da periferia, se distanciava [daquela he-

rança]. Nos bairros, inclusive, havia até uma certa tensão entre as duas instituições. Agora isso é uma coisa bem paulista. [...] porque quando falava assim “o emergente, o movimento, o movimento no Brasil” era esse movimento popular de bairros, essa organização que era o novo contraposto àquelas práticas pelegas. [...] Eu acho que a grande novidade do ponto de vista do movimento popular foi a legitimidade da construção de um sujeito, enquanto um sujeito político, fora do âmbito daquilo que era tido como o normal ou regulamentado que era quem estava no sindicato, que define o trabalho. [...] algumas lideranças, por exemplo, chegaram até a romper com o Partido Comunista porque trabalhar nas causas do bairro era secundário. Prioritário era trabalhar nas questões ligadas à produção. [...] foram esses movimentos que... não foram exclusivamente eles, mas foram uma ponte importante para articular a OAB e outras entidades representativas, construir a idéia de sociedade civil, que questionou o Estado e seus aparelhos tal como ele estava organizado... aquela sociedade política da época. (GOHN, 2006)

Já Ana Clara Torres Ribeiro fornece resposta diversa da acima, tratando da questão no Rio de Janeiro:

Eu tenho dificuldade de achar isso, sinceramente. Acho que isso é uma crença, talvez regional. Mas eu não consigo ver dessa forma e não penso que a nossa produção... pelo menos a minha não estava dirigida nesse sentido. Não faço um bom combate à década de 60, nem aos populistas, nem nada disso. Então realmente... Eu sou mais parecida com o [Luiz] Werneck Vianna nesse sentido. Não consigo ver isso, talvez porque nossa trajetória aqui [no Rio de Janeiro] seja outra, não tenhamos participado do novo sindicalismo de uma maneira tão próxima. Então a expe-

riência histórica é outra. A experiência, portanto, da problemática nacional também é outra. A maneira como nós experienciamos a nossa formação é outra, a maneira como fomos reprimidos também foi outra, a maneira como nós resistimos também. Então existe uma ótica do Rio de Janeiro que é muito forte, inclusive, naquilo que concerne aos movimentos porque temos uma larguíssima experiência de movimentos sociais urbanos – inclusive, se você quiser chamar assim – na história da cidade. Movimento de favelados já havia muito antes de 64. Nos anos 50 nós já tínhamos a organização do Partido Comunista [em relação à questão urbana]. [...] Estudos já havia de alguma forma. Sabia-se. Conhecia-se pelas organizações, inclusive. Pela memória dos partidos. Então, há uma outra memória política – né? – que de alguma maneira afeta a percepção da conjuntura. E eu creio que dá uma outra leitura dos processos. Inclusive o novo sindicalismo junto com o velho sindicalismo, que também não é chutado pra debaixo da mesa nem nada disso. (RIBEIRO, 2006)

Todo esse processo representa uma evidência da interação entre campo intelectual e campo popular nos anos 1970/80. Onde o campo popular e seus “novos” movimentos populares tensionavam intelectuais de esquerda a acompanharem as consequências políticas e teóricas da ação desses movimentos. Havia, como define o cientista social da USP Arnaldo José França Mazzei Nogueira, “um diálogo que se dava no engajamento dos movimentos da militância”. (NOGUEIRA, 2006)

No Rio de Janeiro, os “novos” estudos sobre os movimentos populares se desenrolavam com diferenças em relação à experiência paulista. Havia a construção do “novo” englobando também o passado, resul-

tando numa contundência menor da novidade. Vejamos o que afirma a respeito José Sergio Leite Lopes:

Porque em São Paulo você tinha essa prevalência da sociologia da USP [...]. [Tinha] essa ênfase na sociedade industrial, no novo, na modernização, etc. E o Rio foi mais complicado, teve que lidar mais com o Estado, com política, de outra maneira com a história... [...] Talvez não seja tão geográfico assim, mas talvez mais por orientações. Tem um lado, o Eder Sader, Maria Célia [Paoli] e a Vera [da Silva] Telles ressaltaram essa história do novo, de novos personagens, etc. Mas, apesar disso, eles tinham sensibilidade para fazer uma pesquisa histórica também. [...] ver essas relações entre história, entre personagens antigos e novos. Mas deram a ênfase maior nessa coisa do novo. E aí isso pode ser matizado. (LOPES, 2006)

Prossigo com seu depoimento, agora no que tange à dimensão operária:

[...] E aí eu fui tendo, também, uma visão... enfim, do novo que estava aparecendo e também era ligado ao antigo, né? Um pouco uma discussão que a gente foi vendo, também, tanto politicamente, essa inquietação política [...]. Essa tendência para o novo, essas coisas, elas não são tão imediatas. E eu estava vendo que a relação com a história, com o que havia anteriormente, era muito importante. [...] poderia se estar perdendo muita coisa ao se desprezar essa relação com o antigo. [...] Também tinha, já nas leituras feitas aqui [no Museu Nacional] com relação ao Richard Hoggart, alguns autores ingleses de origem operária, no caso do Hoggart, o Raymond Williams. E depois, o E.P. Thompson, historiador. [...] Aqui no Museu mesmo teve até um curso no início do doutorado, um curso que a Ligia Sygaud deu sobre... que era um grupo de leitura [...] eram

algumas pessoas interessadas. [...] A gente tinha tido contato nas vendas de livros estrangeiros, [...] nessa época bem repressiva... apreciavam, de vez em quando, livros estrangeiros, assim, a bom preço pra comprar. [...] e a gente comprou o Thompson nos anos 70 ou 71 [...] Não era lido antes. Mesmo aqui era pouco conhecido. Mas aí, nessa época em 75, em 76, a gente estava lendo Thompson... (LOPES, 2006)

O cientista social da UFRJ José Ricardo Ramalho rememora e reflete no mesmo sentido:

[...] esse chamado novo sindicalismo tem uma força muito grande a partir de todo movimento que surge no ABC. [...] Surgiu como movimento de oposição à estrutura sindical, por um lado. Mas também às correntes políticas que estavam dentro da estrutura sindical. Essas correntes políticas, inclusive, depois saem, se juntam, viram novo sindicalismo também... Uma coisa meio complicada. Então, eu acho que o novo sindicalismo é essa composição de oportunidades, nova geração e tipos diferentes de formação. E aí o que acontece no Rio eu acho que é um reflexo de lá. Não consegui ver no Rio um movimento, assim, próprio, especial do Rio, de novo sindicalismo. Eu acho que tem haver com esse contexto. [...] foi atribuído a esse movimento uma importância política muito grande, de contestação, ele foi incorporado pelos acadêmicos um pouco, digamos, acriticamente. Quer dizer, é o novo sindicalismo sem aspas. Então [...] surgiu o novo sindicalismo e tal. Eu acho que com o tempo começa, por várias razões, uma posição mais crítica. [...] E colocar as aspas. [...] outros estudos foram feitos e mostraram que no passado tinha havido também movimentos de contestação, que

não foram valorizados pela historiografia na época, que tinham características desse movimento que vinham das bases, do sindicato que contestava. (RAMALHO, 2006)

Além da ênfase mais notável da inclusão do passado operário pré-64 no “novo sindicalismo”, ressaltada por Lopes, a produção das ciências sociais cariocas diferia da paulista, portanto, também por uma precaução maior quanto a rupturas teóricas, analíticas e ideológicas. Como se depreende do anterior depoimento de Ana Clara Torres Ribeiro, por vezes se buscava manter linhas de continuidade com elementos constantes da produção intelectual até então predominante. Enquanto em São Paulo Maria da Glória Gohn, por exemplo, buscava delimitar o campo de estudos dos movimentos sociais urbanos por meio de um delineamento de novas inspirações teóricas, exemplificando com a Escola de Chicago e autores como Castells e Foucault.⁸

O campo de estudos dos movimentos sociais urbanos também se construía no Rio de Janeiro, como aponta Ana Clara Torres Ribeiro:

[...] havia uma aplicação do marxismo, na área do urbano, muito intensa. Nós temos um avanço teórico muito forte [...]. em São Paulo e no Rio, mas também através da [...] ANPOCS. Você tem uma problematização do urbano que valoriza as lutas ditas urbanas, fazendo a equivalência com as lutas do trabalho. Isso é uma conquista teórica que vem desde o 68, com os movimentos na França e nos Estados Unidos, e penetra profundamente na consciência teórica e analítica no Brasil, na América Latina. Aqui você tem uma penetração extraordinária, da sociologia marxista francesa [...] [e também da] espa-

8. Cf. o primeiro trecho transcrito de seu depoimento no presente artigo.

nhola e italiana. E [...] uma valorização dos movimentos sociais urbanos, fazendo deles também a boca de cena e não apenas os [...] os movimentos sindicais. Há uma equivalência nesse período. [...] Porque, na verdade, você já tem desde os anos 70 muitas explosões sociais, que não necessariamente acontecem no ambiente de trabalho. [...] a própria vitalidade da sociedade exigia um outro tipo de abordagem que fizesse a equivalência das lutas em geral e não apenas priorizassem [...] a luta do trabalhador na fábrica. (RIBEIRO, 2006)

E é Ribeiro quem relativiza essas nuances entre as “novas” produções sociológicas paulista e carioca nos idos dos anos 1970 e 80:

[...] durante os anos 60 e 70 a USP era... ainda é, mas era muito mais, uma referência de qualidade intelectual também. E de resistência também. Aqui foi muito massacrado o Rio de Janeiro, então... mesmo a destruição do IFCS⁹ e de outras áreas foi uma perda gigantesca para o Rio de Janeiro. Então São Paulo era, vamos dizer, um pouco o objeto do desejo, e a USP também, da minha geração. Uma vontade muito grande de poder conviver com os intelectuais do CEBRAP, com os intelectuais da USP, de ouvi-los. [...] na verdade havia muita convivência. Porque a operação das associações nacionais, sobretudo da ANPOCS, permitiu um convívio grande. E nós conhecíamos bem... aqui, o pessoal formado no Rio conhecia muito bem a literatura que circulava, da ambiência da própria USP, até pela relevância da USP, muito grande mesmo pra nós. Então, nós conhecíamos essa literatura. Todos tínhamos Cadernos CEBRAP, todos tinham de alguma maneira o acesso a mesma literatura que circulava por lá. (RIBEIRO, 2006)

De qualquer maneira, essas diferenças, regionais ou não, se davam no quadro do movimento intelectual de aproximação com o campo dos movimentos populares naquele período, o qual, no meu entender, sobrepujava em importância – e inclusive fornecia o contexto para – a efetividade de tais diferenças. A par do possível maior cuidado de intelectuais cariocas com a caracterização em torno do “novo” no movimento sindical e nos movimentos sociais urbanos, verifica-se que eles, como seus congêneres paulistas, e para além das orientações teóricas e políticas, também enfatizavam a força e os significados das “novas” e diferentes experiências de luta sindical e popular: combativas, autônomas, politizadas. “A vitalidade da sociedade”, para usar a expressão de Ribeiro, era transformadora em relação ao passado, bem como em relação ao que se costumava esperar teórica ou politicamente dos setores populares.

Face ao peso dos ambientes intelectuais e acadêmicos paulista e carioca na produção e reflexão no âmbito das ciências sociais brasileiras – fenômeno que ainda perdura embora, felizmente, cada vez menos significativo –, tal inflexão analítica e teórica atinente aos estudos relativos a nossos atores sociais de extração popular certamente teve repercussões em escala nacional. Pesquisas em torno da presente questão, que tenham escopo regional, muito provavelmente apontarão para correções e refinamentos do quadro aqui exposto.

Especificamente sobre a construção do conceito de “novo sindicalismo”, José Álvaro Moisés rememora com grande riqueza analítica:

[...] outra pessoa que também trabalhou com esse conceito foi a Maria Hermínia Ta-

vares de Almeida. E depois outros usaram, mas quem primeiro usou mesmo fomos nós dois. [...] Foi nesse contexto que surgiu a formulação do conceito de novo sindicalismo. O novo sindicalismo era novo porque ele estava fora do Estado. [...] Era um movimento novo, era um movimento de massa, era um movimento de grande mobilização, era um movimento diferente do sindicalismo populista [...]. Era um sindicalismo que organizava na fábrica, que pela versão do ABC tinha delegados na fábrica e pela versão da Oposição [Sindical Metalúrgica de São Paulo] tinha comissões. É uma novidade! [...] E, digamos, era gente jovem [...]. Era um contingente social com características novas e num ambiente de um capitalismo também relativamente modernizado [...]. Ele [o novo sindicalismo] formulou um proposta de expansão da cidadania. Porque ele propunha, ao contrário do que o Marshall tinha analisado no caso inglês, você tem primeiro cidadania civil, depois cidadania política e daí você vai pro social. No caso brasileiro você tinha tido uma proposta de expansão da cidadania que ia do social pro civil, porque era luta por organização social (salário, melhores condições de vida) e a partir daí pra política, tinha havido uma inversão [...] extremamente inovativa que, no seu limite, propunha a organização política [...] como uma, digamos assim, como uma vertente que ia... ao contrário de toda história brasileira, que ia de baixo pra cima, do movimento social para o Partido e para o Estado. É a primeira vez que, num certo sentido, se formulou essa possibilidade. (MOISÉS, 2006)

Indagado sobre a identificação do “novo” pelos jovens intelectuais engajados dos anos 70/80, Moisés avalia que esse “novo” que emergia em termos dos atores sociais nacio-

nais estava disseminado por grande parte da sociedade brasileira, inclusive os intelectuais:

[...] Nós é que lemos coisas que já [...] tendências que existiam na sociedade. [...] Houve um momento na sociedade brasileira marcado por todas as mudanças econômicas e sociais que foram trazidas pela industrialização dos anos 30, 40 e 50, alguma coisa ligada à modernização, [...] num momento em que por circunstâncias econômicas e sociais, [...] por circunstâncias políticas produzidas pela ditadura, levou a uma tendência de mobilização de base. [...] é claro, havia entusiasmo nas interpretações [...] começa a emergir uma nova cultura política que está muito ligada à idéia de participação, mas ao mesmo tempo de autonomia. Já não é mais a participação antiga, manipulada pelos líderes sindicais e pelo corporativismo. Eu não estou dizendo que isso desapareceu completamente. [...] Acho que isso apareceu [...] alguns intelectuais escrevendo, etc. formularam essa hipótese, que casou com o que estava acontecendo. Talvez tenha sido uma antecipação, foi a expressão que você usou, no sentido de uma capacidade de ler o movimento que estava ocorrendo lá embaixo... (MOISÉS, 2006)

A utilização do conceito de “movimentos sociais urbanos” era fundada na necessidade de mostrar que os setores populares poderiam se politizar tanto no espaço da fábrica quanto no espaço do bairro, e também na indicação de que os movimentos sociais urbanos pós-64, assim como o “novo sindicalismo”, também rompiam com padrões populistas de participação. Eram “novos” também. Algo que Moisés confirma:

“Principalmente por causa dessa experiência com os movimentos da periferia da Grande São Paulo, e que tinha concluído, tinha redundado, num certo sentido, em movimentos muito participacionistas.” (MOISÉS, 2006)

O “novo” movimento social urbano, então, era caracterizado por trazer novas questões para o exercício da cidadania no Brasil, bem como apontar para outros elementos de transformação social. O fato de ele não ser vinculado tão profundamente à conjuntura ditatorial brasileira¹⁰ aponta para uma relação sua mais profunda com as experiências dos setores de “baixo” de nossa sociedade, que emergiam enquanto “novos” atores sociais independente da institucionalidade vigente. A depender da leitura sociológica efetuada, os movimentos sociais urbanos emergentes a partir dos anos 70 podiam significar tanto prenúncios de transformação social mais radical quanto apenas uma necessidade de inserção no *status quo* – ainda assim alterando-o, mesmo que em menor grau. De resto, promessas similares às do “novo sindicalismo”.

Voltando a este, aliás, outros intelectuais trazem novos relatos dos primórdios da construção desse conceito. Surgem mais personagens nessa história, como Ricardo Antunes, que acrescenta:

[...] eu fui um dos que ajudei a cunhar a expressão “novo sindicalismo”. Eu tenho um livro que eu organizei em 1978, 79, que chama “Por um novo sindicalismo”. [...] o conceber o sindicalismo emergente como algo novo veio [...] de um duplo movimento: da base, os trabalhadores diziam que eles eram parte de algo novo. E eles diziam “nós somos alguma coisa nova”, né? [...] Alguns intelectuais que na época estudavam o movimento operário também perceberam, por motivações diferentes, que algo novo estava ocorrendo: o [Francisco] Weffort, o [José Álvaro] Moisés, Maria Hermínia [Tavares de Almeida], Leôncio Martins Rodrigues. Depois tinha uma geração um pouco mais jovem onde nós entrávamos. [...]

“O que é o sindicalismo” é um livrinho que tem, sei lá, mais de 200 ou 300 mil exemplares vendidos... (ANTUNES, 2006)

Iram Jácome Rodrigues expõe uma versão algo diferente das de Moisés e Antunes, para essa história. Onde surgiu o termo “novo sindicalismo”? Sua resposta parece apontar para o fato de que o conceito “novo sindicalismo” foi obra coletiva e não premeditada.

[...] nem na Academia nem na Oposição Sindical [Metalúrgica de São Paulo]. [...] não saberia dizer, teria que fazer um esforço pra recuperar esse termo, essa idéia do que significa “novo sindicalismo”. A primeira vez foi justamente na imprensa [...] aparece nos jornais da época, nos jornais de esquerda da época. Eu estou pensando no *Em Tempo*, outros jornais. [...] Na mídia alternativa, e também deve ter aparecido certamente na mídia não alternativa. (RODRIGUES, 2006)

Em outro momento de seu depoimento, Rodrigues – além de apontar um nome importante nessa história (o de Roque Aparecido da Silva, líder metalúrgico com passagem pela famosa greve de Osasco em 1968, perseguido pela ditadura militar, que depois cursou Ciências Sociais e atuou no CEDEC sempre acompanhando o movimento sindical) – acaba por caracterizar com grande precisão o quanto de novidade trazia o “novo sindicalismo”.

Roque Aparecido da Silva, o Roque. Ele coloca essa idéia de novo sindicalismo. Não me lembro de algum autor, assim, mais próximo da Academia, que tenho dito isso antes. Enfim, eu acho que isso pode ter sido a primeira vez. Não tenho certeza. Quer dizer, porque eu acho que, desse ponto de vista,

10. Veja-se o segundo trecho transcrito do depoimento de Maria da Glória Gohn no presente artigo.

havia naquele momento, certamente, a diferenciação com o sindicalismo pré-64. Absolutamente havia. Eu não defendo, não tenho a posição daqueles que imaginam que não havia diferença. Porque não sou um saudosista do período anterior, do período pré-64. No sentido da experiência que se viveu do Partido Comunista, respeitando a experiência do Partido Comunista e de outros grupos, eu acho que essa experiência [do novo sindicalismo] é uma experiência realmente inovadora em muitos aspectos. Agora, claro, como tudo que é inovador, traz aspectos do velho e do novo. Quer dizer, é um imbricamento desses dois processos, desses dois fatores, desses dois aspectos. [...] Foi um movimento muito mais do que um movimento estritamente sindical. Foi um movimento sócio-político desse ponto de vista. [...] em aspectos da sociedade, aspectos sociais, com um peso, uma legitimidade muito grande na sociedade civil e de outra parte com dimensão política bastante clara também. Então, eu diria, essa é a novidade. Claro, poderíamos dizer: e antes? [...] não fazia isso? Fazia. Quer dizer, era muito político entre aspas, certamente. Mas era menos social nesse aspecto e principalmente não tinha a organização que tinha o sindicalismo no ABC, e especificamente em São Bernardo. Absolutamente não tinha no interior das empresas. Mesmo que tenha organizado como fez empresas nos anos 40, mas era [...] a palavra não é pragmática, mas é alguma coisa de idéia de “correia de transmissão” muito forte [no sindicalismo anterior a 64] [...]. Acho que aqui [no novo sindicalismo] a coisa se deu de uma outra forma. Para o bem ou para o mal se deu de uma outra maneira. Quer dizer, é esse movimento que vai construir o Partido [dos Trabalhadores], isso já é uma diferenciação muito grande desse ponto de vista. (RODRIGUES, 2006)

4 Inflexão fenomenológica

Havia um engajamento presente em quase todos esses “novos” intelectuais dos “novos” movimentos, que implicava numa sensibilidade diante das experiências dos setores subalternizados de nossa sociedade. E, portanto, numa interação frutífera entre os campos intelectual e popular. Trata-se, a meu ver, de uma inflexão fenomenológica das ciências sociais brasileiras, que passavam a conferir uma legitimidade teórica e analítica às lutas dos setores populares. Em outras palavras: o campo popular lograva efetivar um rompimento do monopólio explicativo exercido por gerações intelectuais dominantes até meados dos anos 60. (SADER; PAOLI, 1986) Rompimento este protagonizado por “novos” intelectuais que irrompiam nas arenas acadêmica e política.

Tal processo é revelado de diversas formas por seus protagonistas no campo intelectual, como já visto em depoimentos anteriores. Corroborando, trago outra assertiva de Ribeiro: “Creio que nós nos deslocamos da análise estrutural pra análise da ação. [...] para a valorização dos atores.” (RIBEIRO, 2006) Os “novos” atores do campo popular impactavam o campo intelectual de tal maneira que, sendo respondidos positivamente por gerações mais jovens na Academia e ainda mais à esquerda no espectro político, estabeleceram-se novos parâmetros nos estudos e investigações sobre movimentos populares em geral. Neste diapasão, trago a conclusão de Ricardo Antunes:

Isso foi um outro legado: ao erigir os estudos do trabalho à condição de um tema científico relevante implicava em reconhecer que a classe operária tem um exercício de vida própria, autônoma, que a ciência não pode desconsiderar. Isso foi uma espécie de uma viragem de uma sociologia conservadora para,

vamos chamar assim, uma sociologia mais engajada. Não é por acaso que todos esses intelectuais, quer gostemos mais ou menos, estavam engajados. O [Luiz] Werneck Viana era engajado. O [Francisco] Weffort engajou-se depois no PT. O [José Álvaro] Moisés engajou-se depois no PT. Ambos depois engajaram-se no PSDB. O Florestan [Fernandes], que não era um estudioso do trabalho, mas que, digamos assim, escreveu ensaios bonitos sobre isso, também engajou-se no PT. Nós, de nossa parte, fizemos também um pouco essa transição. [...] Mas, enfim, todos que entraram nesse debate puseram sua colher, ajudaram a reconhecer que a classe trabalhadora começava... Veja: esse antecedente não foi dos estudos da sociologia. Os antecedentes vêm do movimento concreto dos trabalhadores que disseram pra sociologia “é bom vocês comecem a prestar atenção na própria classe trabalhadora, porque ela deixou a função, o papel de ser um agente secundário para tornar-se, de fato, e também na reflexão sociológica, um agente com autonomia”. (ANTUNES, 2006)

O movimento que esses jovens intelectuais perfizeram, de interação com os setores populares brasileiros em seus diversos movimentos, talvez tenha sido anterior a qualquer premissa teórica ou ideológica que por ventura adotassem. Certamente teorias marxistas mais ou menos heterodoxas e as matrizes cristãs progressistas, ao qual se filiavam tantos intelectuais dos anos 70 e 80, indicavam que era necessária uma aproximação com as classes trabalhadoras. Mas esses intelectuais “foram” mesmo em direção ao “povo”, aos “de baixo”: trabalhadores – daí o “novo sindicalismo” – e setores populares em geral – daí os “novos” movimentos sociais urbanos. As conseqüências e implicações concretas de tal interação teriam

ensejado, portanto, a motivação maior para as transformações no campo intelectual e no pensamento social brasileiro dedicado aos atores políticos nacionais. Os “de baixo” passavam a ser apreendidos empiricamente de modo mais preciso e rico pelas pesquisas acadêmicas e pelas relações políticas com os movimentos populares que esses intelectuais empreendiam nos anos 1970 e 80. Desenvolvia-se, pode-se afirmar, um conhecimento científico fenomenologicamente embasado, propiciado pela aproximação – via militância conjunta, simples apoio ou assessoria – efetivada por tais intelectuais junto aos movimentos populares. Portanto, conhecimento não apenas teórico, mas prático, engajado. Estimulados inicialmente por amplos ideais de justiça social, socialismo, democracia, os membros dessa geração intelectual teriam trilhado uma “ida ao povo” intentando respeitar a autonomia das experiências de lutas dos setores operários e populares no movimento sindical e nos movimentos sociais urbanos. Pelo menos em alguma medida, o campo intelectual buscava não apenas ensinar, mas aprender com o campo popular. Configurando, então, uma legitimidade teórica e analítica das experiências populares no pensamento social brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Entrevista [set. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Campinas: 2006. 01 cassete sonoro.
- BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA M. de M.; AMADO, J. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma ociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2003.
- GOHN, M da G. Entrevista [abr. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- JACOBI, P. Entrevista [abr. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- LAHUERTA, M. *Intelectuais e Resistência Democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*. *Cadernos AEL*, n. 14/15, 2001. Disponível em: <<http://www.acesa.com/>>. Acesso em: 25 out. 2010.
- LOPES, J. S. L. Entrevista [dez. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.
- MOISÉS, J. A. Entrevista [abr. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- MOISÉS, J. A. *Greve de massas e crise política: estudo sobre a greve dos 300 mil em São Paulo*. São Paulo: Polis, 1978.
- MOISÉS, J. A. *Memorial de atividades apresentado para concurso para provimento de cargo de professor titular no Dptº de Ciência Política da USP*. São Paulo: USP, 2000.
- MUNAKATA, K. Entrevista [abr. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- MUNAKATA, K. *O Lugar do Movimento Operário*. In: *ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DE SÃO PAULO*, 4., 1980. Araraquara. *Anais...* Araraquara: ANPUH, 1980.
- NOGUEIRA, A. J. F. M. Entrevista [abr. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1989.
- PERRUSO, Marco Antonio. *Em Busca do “Novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.
- RAMALHO, J. R. Entrevista [nov. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.
- RIBEIRO, A. C. T. Entrevista [ago. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. Rio de Janeiro: 2006. 01 cassete sonoro.
- RODRIGUES, I. J. Entrevista [ago. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. *Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)*. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.) *A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SORJ, Bernardo. *A Construção Intelectual do Brasil Contemporâneo: da resistência à Ditadura ao Governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- TELLES, V. da S. Entrevista [out. 2006] Entrevistador: Marco Antonio Perruso. São Paulo: 2006. 01 cassete sonoro.
- VOLDMAN, Daniele. *A Invenção do Depoimento Oral*. In: FERREIRA M. de M.; AMADO, J. (Orgs.) *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

NOTA SOBRE O AUTOR

Marco Antonio Perruso é professor adjunto de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui graduação e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993 e 1995, respectivamente) e mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999 e 2008, respectivamente).

Recebido em: 27.10.10

Aprovado em: 07.11.11

